

COMPOSIÇÃO FÍSICO-ESPACIAL DA ARQUITETURA CIVIL DO SÉCULO XIX EM SÃO LUÍS DO MARANHÃO



<https://doi.org/10.22533/at.ed.3841324101210>

Data de aceite: 14/01/2025

Margareth Gomes de Figueiredo

Universidade Estadual do Maranhão –
UEMA

PHYSICAL-SPATIAL COMPOSITION
OF 19TH CENTURY CIVIL
ARCHITECTURE IN SÃO LUÍS DO
MARANHÃO

RESUMO: Nesse estudo analisa-se a composição físico-espacial do patrimônio edificado no século XIX, em São Luís do Maranhão, considerando-se os materiais e as diversas técnicas construtivas utilizadas ao longo do século XIX, assim como sua composição de fachada, volumetria e distribuição dos ambientes internos. A técnica construtiva desse período é de origem portuguesa, pois em particular a sociedade de São Luís, devido à grande atividade mercantilista de exportação de algodão e arroz para a metrópole, também importava produtos que seguiam a moda e costumes do reino.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio edificado, Composição físico-espacial, Técnica construtiva

ABSTRACT: This study analyzes the physical-spatial composition of the built heritage in the nineteenth century, in São Luís do Maranhão, considering the materials and the various construction techniques used throughout the nineteenth century, as well as its façade composition, volumetry and distribution of internal environments. The construction technique of this period is of Portuguese origin, because in particular the society of São Luís, due to the great mercantilist activity of exporting cotton and rice to the metropolis, also imported products that followed the fashion and customs of the kingdom.

KEYWORDS: Built heritage, Physical-spatial composition, Construction technique

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem como objetivo analisar alguns aspectos da organização físico-espacial das edificações de arquitetura civil produzida no século XIX, em São Luís do Maranhão. Compreendendo leitura, análise e interpretação da constituição tipológica, identidade cultural, intervenções ao longo dos anos e viabilidade de reabilitação para novos usos, incluindo leituras sobre a conservação da autenticidade do sistema construtivo das edificações patrimoniais, como forma de contribuição para orientar futuras intervenções de reabilitação. O estudo considera que a anatomia de um edifício, por meio de sua morfologia interna ou externa, constituindo-se de quatro partes principais: envolvente, envelope, interiores, estruturas (incluindo as fundações), é primordial para compreender a sua volumetria no conjunto urbano de uma cidade Patrimônio Mundial

ANATOMIA DO EDIFÍCIO PORTUGUÊS ANTIGO

Ao estudar a composição físico-espacial das edificações de São Luís no século XIX, é importante conhecer antes a classificação dos edifícios portugueses, para se identificar algumas semelhanças com as construções do período relativo ao objeto deste estudo.

Segundo o engenheiro civil português Vitor Córias, os principais tipos de estrutura dos edifícios urbanos em Portugal, são classificados em cinco categorias: Edifícios pombalinos (séculos XVIII e XIX); “Gaioleiros” (final do século XIX até aos anos 1930-40); Edifícios “de placa” (anos 1930-50); Edifícios de “betão armado antigo” (anos 1950-70) e Edifício de “betão armado recente” (contemporâneos), (Figura 1). No entanto, Córias admite que essas edificações podem, de “forma mais simples” serem agrupadas, de acordo com a época de construção “em apenas dois grandes grupos”: Edifícios antigos, construídos antes de 1945 e edifícios recentes, construídos depois de 1945.

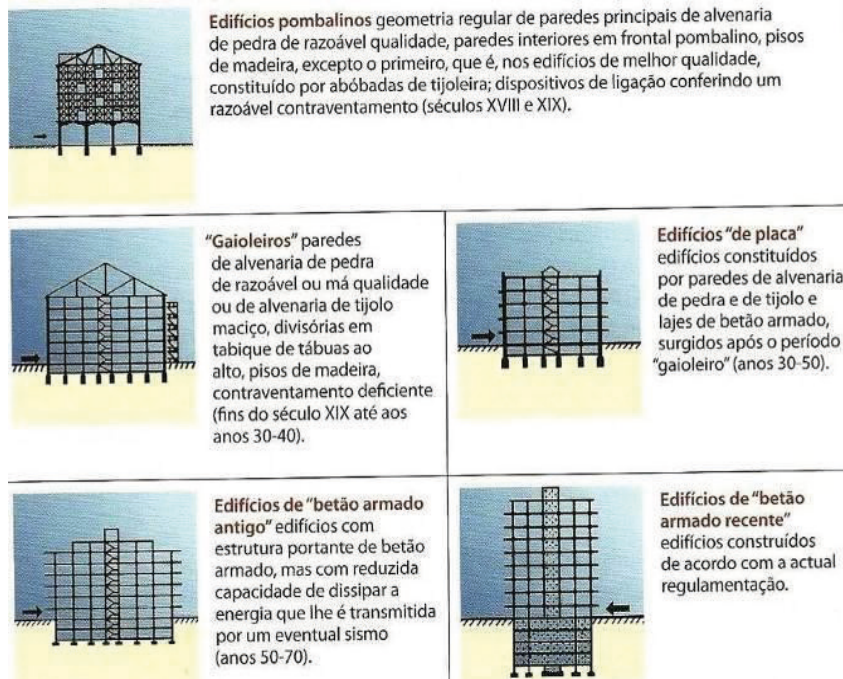


Figura: 1 Classificação dos edifícios portugueses segundo a época de construção. Fonte: Cóias (2009, p. 24).

No âmbito deste estudo, ao analisar a composição físico-espacial dos prédios construídos em São Luís no século XIX, toma-se como parâmetro, o trabalho desenvolvido por Cóias (2009), no qual considera que a anatomia de um edifício, por meio de sua morfologia interna ou externa, constitui-se de quatro partes principais: envolvente, envelope, interiores, e estruturas, incluindo as fundações.

ENVOLVENTE

Embora se encontrem edificações do século XIX em todo o centro histórico de São Luís, a área onde se concentra a maioria dos imóveis é nos antigos bairros da Praia Grande e Desterro, na Avenida Pedro II, Praça Benedito Leite e Largo do Carmo, que corresponde a área tombada pelo IPHAN em 1974, precisamente no trecho escolhido como recorte urbano desta pesquisa.

Os imóveis estão implantados nas quadras determinadas no antigo traçado urbano seiscentista (1615), em malha ortogonal, sem distinção entre ruas principais e secundárias, orientadas pelos pontos cardeais, de modo que os edifícios se encontram dispostos em quarteirões, com arruamentos nos sentidos Norte-Sul e Leste-Oeste (Figura 2).



(a)



(b)

Figura 2: Conjunto arquitetônico da Rua Portugal; (b) Conjunto arquitetônico da Rua do Giz. Fotos: Margareth Figueiredo.

Na configuração urbana do centro antigo de São Luís as edificações estão dispostas em lotes profundos com tamanhos variáveis, sem obedecer a nenhum limite regulamentar de altura de pavimentos imposto por legislação. diferente do que ocorreu na Baixa Pombalina em Lisboa. Portanto, em São Luís, mesmo em quarteirões ou quadras compactas com edificações sem recuos frontais e laterais, os sobrados de quatro a dois pavimentos podem ser vizinhos ou dividir paredes meeiras com moradas-inteiras ou porta-e-janelas. A esse acervo de arquitetura civil, no conjunto urbano “se juntam igrejas, capelas, prédios de função oficial, casas de sítios e instalações industriais, conferindo vínculos e identidade” indiscriminadamente no centro histórico de São Luís (Silva Filho, 2008, p. 51).

ELEMENTOS EXTERIORES

Nesse estudo considera-se elementos exteriores do edifício (envelope), os materiais e acabamentos que estão diretamente expostos nas áreas externas da edificação. Incluem-se nessa categoria os itens: 1.2.1 Os revestimentos e acabamentos de proteção das fachadas; 1.1.2 Coberturas; 1.2.3 Mirantes; 1.2.4 Vãos e esquadrias externas; 1.2.5 Escadas externas.

Revestimentos e acabamentos de proteção das fachadas

Nas edificações térreas, solares e sobrados, as alvenarias externas estruturais são em pedra (arenito ferruginoso), argamassadas e rebocadas com mistura de barro, areia e cal de conchas, (Figura 3). Segundo anotação colhida pelo historiador maranhense César Marques, na publicação *Almanaque do Povo*, 1º ano, 1867, a cal usada, em São Luís, nas antigas construções e branqueamento das casas *é feita da concha do marisco ou molusco chamado sarnambi, é fabricada em fornos, de construção particular e apropriada para este fim, que poderia ser muito melhorada talvez, mas conserva ainda a forma primitiva.* (Marques, 1970, p. 167).



(a)



(b)

Figura 3: (a) e (b) reboco de imóveis do século XIX, em São Luís, confeccionado em argamassa de barro, areia e cal de conchas. Fotos: Margareth Figueiredo.

As fachadas do século XIX, em São Luís, apresentam alguns elementos arquitetônicos comuns a maioria dos imóveis, a saber: embasamento em forma de barra argamassada (ressalto de 2cm), com cerca de 60cm de altura; pilar de amarração estrutural (cunhal), situado nas esquinas do imóvel. Os cunhais normalmente apresentam a base em pedra lioz. Quando essa amarração ocorre em paredes meeiras, o pilar ou pilastra recebe o nome de cadeia; Aberturas de vãos com ombreiras, vergas e socos, em cantaria de lioz ou estruturados em tijoleira cerâmica. Os vãos com ombreiras e vergas em lioz possuem arcos retos e abatidos; balcões sacados (isolados ou corridos) e entalados, com bacia (soleira) em pedra de lioz, guarnecidos com gradis de ferro forjado ou fundido (Figura 4).

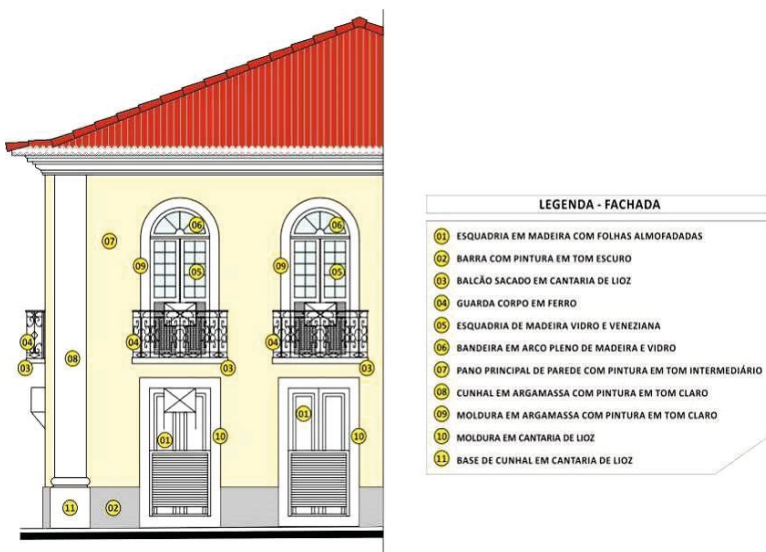


Figura 4: Elementos arquitetônicos comuns a maioria dos imóveis do século XIX. Fonte: Adaptado do IPHAN 3ª/SR.

Algumas edificações têm a fachada frontal e, às vezes, a lateral revestida em azulejos tradicionais do século XIX e início do século XX. Além da beleza estética que o azulejo confere à edificação, também funciona como forma de proteção às chuvas de inverno que decorrem durante seis meses ao ano. São azulejos manufaturados nas técnicas de estampilha, relevo, decalque e liso. Um número significativo desses azulejos é procedente de Portugal, mais precisamente das cidades do Porto e de Lisboa.

Coberturas

Em São Luís os telhados coloniais com suas coberturas em telha cerâmica do tipo capa e canal e águas com inclinações em ângulos acentuados, além de protegerem as edificações contra as intempéries, somam ao casario de sítios históricos uma beleza singular. As cumeeiras são sempre paralelas ao passeio (calçada) evitando empenas nas fachadas frontais. O número de águas varia de acordo com o programa de necessidade do imóvel (sobrado, solar e casa térrea) e sua implantação do lote urbano, podendo variar de dois a seis planos de caimento, nunca vertendo águas para o lote vizinho (Figura 5).

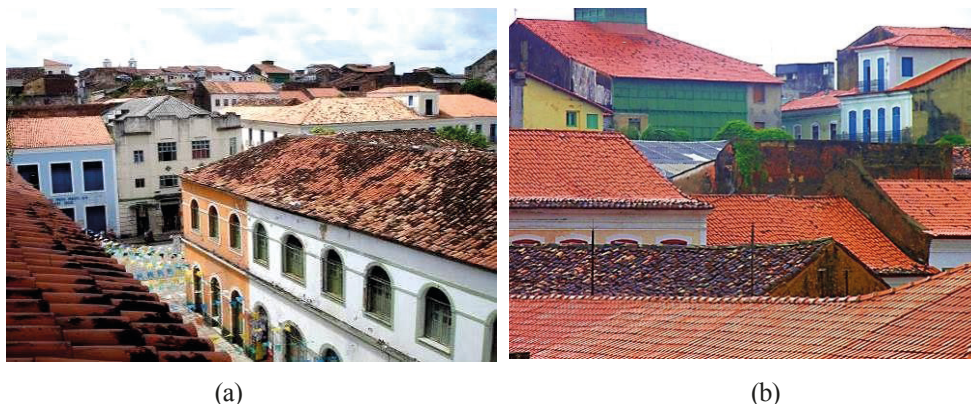


Figura 5: (a) e (b) Telhados do centro histórico de São Luís. Fotos: (a) Margareth Figueiredo; (b) Acervo do Museu Afro-Digital do Maranhão.

Nos núcleos urbanos brasileiros, a exemplo de Ouro Preto, Salvador, Olinda e São Luís, que tiveram a sua formação no período colonial, com implantação em sítios com topografia plana ou acidentada, de ruas tortuosas ou ortogonais, são os telhados das casas e sobrados, com suas cumeeiras apontadas, mirantes, águas furtadas e as torres das igrejas barrocas, que determinam no horizonte um perfil que confere identidade formal a cada cidade. Na paisagem do centro histórico de São Luís destacam-se os mirantes.

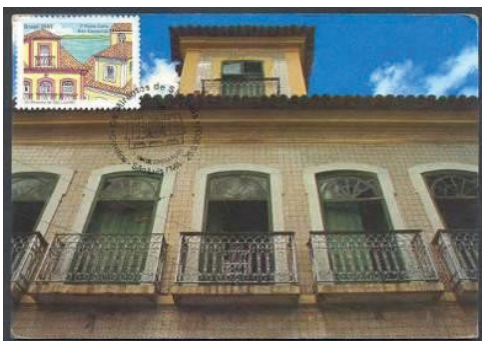
Mirantes

Os mirantes de São Luís ocorrem com frequência na maioria dos solares, sobrados e casas térreas. São pavimentos que aproveitam parte do sótão gerado pela inclinação acentuada da cobertura, se elevando acima do telhado principal. Devido ao traçado ortogonal do sítio, os mirantes apresentam, na sua maioria, janelas voltadas para cada um dos quatro pontos cardeais.

O mirante mais do que um elemento arquitetônico que amplia o espaço útil da edificação, pela sua diversidade de tipos e quantidade de exemplares, adquiriu *status* de um dos símbolos que confere identidade cultural à cidade, sendo tema recorrente de exposições fotográficas, poesia e prosa da literatura maranhense. Por essa distinção que confere valor cultural e identidade ao patrimônio edificado de São Luís, foi destaque nacional, em setembro de 2009, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos com o lançamento do selo “Os mirantes de São Luís” (Figura 6).



(a)



(b)

Figura 6: (a) e (b) - Selo “Os Mirantes de São Luís”, lançado pelos Correios em setembro de 2009.
Fonte: IPHAN/3ª SR.

Quanto ao uso e função do mirante, Barreto (1975), comenta que o professor Rubem Almeida esclarece que os mirantes foram construídos com uma função específica de avistar os sinais luminosos dos navios quando entravam no porto de São Luís:

De acordo o código de sinais, semafóricos para o dia, para noite cromático, os grandes comerciantes, seus proprietários, entravam em franca comunicação com os navios muito antes de demandarem a barra, sobre a alta ou baixa de preços, quer dos gêneros a chegar, quer dos a partir, entre os quais sobrelevava o algodão (Barreto, 1975, p. 211).

Os mirantes de São Luís, presentes em solares, sobrados e casas térreas, apresentam-se principalmente, em imóveis com o gabarito variando entre um a três pavimentos (Figura 7).



Figura 7: Algumas tipologias com mirante: (a) Morada inteira com mirante; (b) Solar de dois pavimentos com mirante; (c) sobrado de três pavimentos com mirante; (d) Mirante com arremate de telhado em frontão triangular. Fonte: IPHAN/3ª SR

Vãos e esquadrias externas

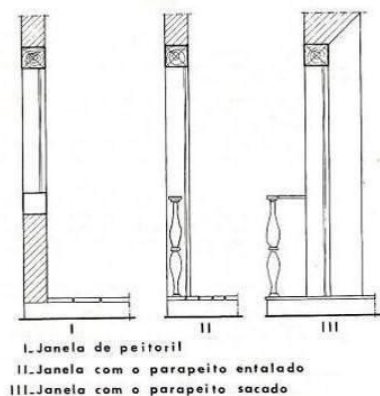
Os vãos e esquadrias da arquitetura tradicional do século XIX em São Luís são semelhantes aos de outras cidades brasileiras deste período. Portas, janelas, seteiras e óculos, com suas variações de modelo e acabamentos, são os vãos que encontramos nas paredes externas. O enquadramento dos vãos é constituído por vergas, ombreiras, peitoril nas janelas e soleiras nas portas. Conforme a estrutura dos arcos, as vergas podem ser retas, abatidas, plenas (meia volta) e ogivais.

Os vãos de portas, enquadrados com argamassa ou pedra de lioz, em muitos casos, possuem uma das portas (a principal), também conhecida como portada, quando se destaca por apresentar abertura mais elevada, por vezes com sobreverga ornamentada (Figura 8).



Figura 8: (a) Portada com sobreverga ornamentada; (b) Porta principal com cancela em gradil de ferro. Fotos: Margareth Figueiredo.

Além das portas os principais tipos vão tradicionais externos são: Janela de peitoril e janela rasgada com parapeito sacado; Janelas rasgadas com parapeito entalado; janelas rasgadas com parapeito sacado; Óculos e Seteiras (Figura 9)



(a)

(b)

Figura 9: (a) Corte esquemático dos tipos de abertura das janelas; (b) Óculos e janelas rasgadas com parapeito sacado. Fonte: Foto e desenho Margareth Figueiredo.

Escadas externas

Normalmente as escadas externas dos imóveis de arquitetura civil em São Luís do Maranhão são secundárias, com exceção do Palácio Cristo Rei, cujo acesso principal é feito por uma monumental escada lateral, com degraus em pedra lioz. As escadas externas, que servem de acesso do corredor secundário para o pátio interno, são confeccionadas sempre com piso em pedra de cantaria e guarda corpo em alvenaria de pedra, porém algumas foram deteriorando- se ao longo do tempo, e já não possuem todos os degraus em pedra de lioz (Figura 10).



(a)



(b)

Figura 101: (a) Escada externa deteriorada; (b) Escada externa conservada. Fonte: IPHAN/3ª SR.

Elementos interiores

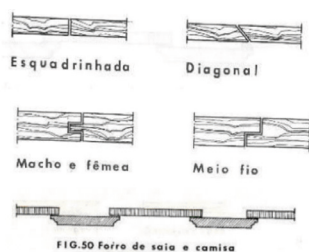
Os espaços ou ambientes interiores do edifício, compreendem: entrada (vestíbulo), circulação (horizontal e vertical), lojas (no caso dos sobrados) sala, quarto, varanda, cozinha e sanitário. Nestes espaços focam-se os elementos interiores, observando-se os revestimentos, materiais e acabamentos relativos às: 1.3.1 Paredes divisórias; 1.3.2 Tetos e 1.3.3 Pisos; 1.3.4 Vãos e esquadrias internas; 1.3.5 Escadas internas.

Paredes divisórias

Embora as paredes divisórias não exerçam uma função estrutural propriamente dita, exercem “um papel importante no travamento geral das estruturas” por meio da “interligação entre paredes pavimento e cobertura” (Appleton, 2003, p.53). A maioria dos imóveis apresenta paredes divisórias em pau-a-pique. Em alguns sobrados são encontradas vedações em tabique, técnica formada apenas por tábuas horizontais bem próximas, preenchidas nos intervalos por barro.

Tetos

Em São Luís os forros utilizados na arquitetura civil, mesmo variando a forma, são sempre em madeira com acabamento de abas ou cimalha junto as paredes e pintura em tinta esmalte ou óleo. O tipo de forro mais simples é o tabuado liso, com régua de madeira no mesmo plano, e juntas do tipo esquadrinhado, diagonal, macho e fêmea, e meio fio. Os forros utilizados nas áreas mais nobres são do tipo saia-e-camisa e em formato de gamela (Figura 11).



(a)



(b)



(c)

Figura 11: (a) Seções dos forros de régua plana e saia-e-camisa; (b) Forro em formato de gamela; (c) Forro do tipo espinha-de-peixe. Fontes: (a) Vasconcellos (1979); (b) e (c) Fotos Margareth Figueiredo.

Piso

Os tipos de materiais mais encontrados no revestimento de pisos da arquitetura civil do século XIX em São Luís são: pedra de lioz, assoalho de madeira e ladrilho hidráulico (Figura 12). Os ambientes com piso não revestido, do tipo chão batido, eram comuns nas edificações do início da colonização, mas hoje são raros porque a grande maioria foi

revestido. No centro histórico de São Luís, a Casa das Minas, terreiro de culto africano, situada na Rua de São Pantaleão, é um dos únicos exemplares onde ainda se encontram alguns ambientes com piso em chão batido.

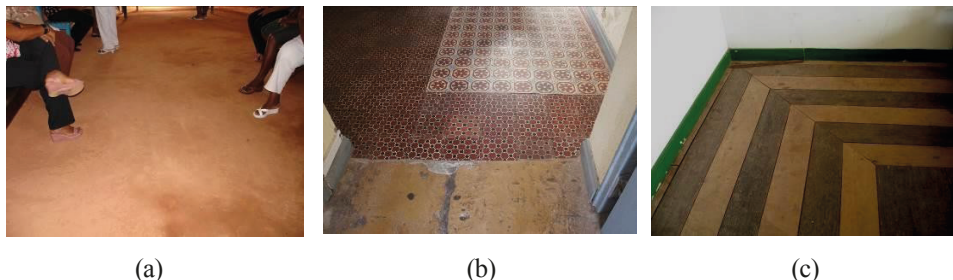


Figura 12: (a) Piso do tipo chão batido; (b) Soleira em pedra de lioz e piso em ladrilho hidráulico; (c) Piso em assoalho, em dois tons de madeira. Fotos Margareth Figueiredo.

Vãos e esquadrias internas

As portas e cancelas são, em geral, os vãos e esquadrias internas nos solares, sobrados e casas térreas. Apresentam forma, desenho e material, relacionado a função que exercem, a exemplo da cancela em madeira, do corredor ou vestíbulo de acesso, que tem sempre o trecho superior em desenhos vazados, cuja função é permitir que o visitante seja primeiro identificado, antes de entrar no imóvel (Figura 13). As portas que interligam os ambientes são normalmente de duas folhas, em pranchas de madeira (réguas), de encaixe macho-e-fêmea. As bandeiras, em geral são em madeira e vidro, mas, nas alcovas apresentam-se com desenhos vazados em madeira, cuja função é permitir a ventilação e aeração dos ambientes.



Figura 13: (a) Cancela interna, em madeira vazada; (b) Porta interna, com bandeira em madeira e vidro; (c) Bandeira em vidro e madeira vazada. Fotos: Margareth Figueiredo.

Escadas internas

Uma vez que, nos séculos XVIII e XIX, habitar ao nível térreo (rés-do-chão) era sinal de pobreza, as escadas dos solares e sobrados, como compreendem a função de acesso aos andares da residência familiar, exerciam um papel essencial na hierarquia da habitação. Portanto as famílias dos comerciantes e aristocratas moravam nos pavimentos superiores, com pisos assoalhados. O térreo (rés-do-chão) por sua vez, era destinado ao comércio, no caso dos sobrados, e aos escravos, carruagens e animais nos solares. “Definiam-se com isso as relações entre os tipos de habitação e os estratos sociais: habitar um sobrado significava riqueza e habitar uma casa de “chão batido” caracterizava a pobreza” (Reis Filho, 1976, p. 28). As escadas internas, que podem ser principais ou secundárias, são sempre em madeira, apresentando, em alguns casos, os primeiros degraus em pedra de cantaria (lioz), mais conhecidos como degraus de convite. Em algumas edificações também não é raro encontrar silhares em azulejo tradicional acompanhando o desenvolvimento dos lances da escada (Figura 14).



(a)



(b)

Figura 14: (a) Escada principal, em madeira; (b) Detalhe do degrau de convite, em pedra de lioz. Fotos Margareth Figueiredo.

Estrutura

Fundações

Os alicerces são sempre em fundação direta de alvenaria de pedra, rejuntada com barro, ou com argamassa de cal (Telles, 1984). Nas paredes em pedra e cal, ou adobe, os alicerces são em vala corrida, em pedra e barro com altura em cerca de 1,20m, largura um pouco maior que as alvenarias das paredes, mantendo a mesma espessura até ao solo. Essas dimensões podem variar de acordo com o número de pavimentos a suportar. As sapatas isoladas só ocorrem nos pilares de sustentação das varandas voltadas para o pátio interno (Figura 61a). De acordo com Vasconcelos (1979), no caso de alvenaria de taipa de pilão, os alicerces são, quase sempre, do mesmo material das paredes (Figura 15).



(a)



(b)

Figura 15: (a) Pilares de sustentação das varandas voltados para o pátio interno; (b) Parede meeira em taipa de pilão, imóvel situado na Palma 375. Fotos (a) Margareth Figueiredo; (b) IPHAN/3ª SR.

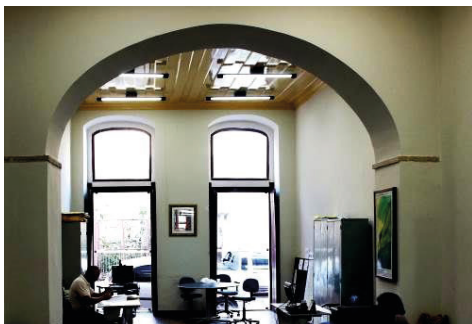
Paredes estruturais

Considera-se parede estrutural aquela que além de ter a função de vedação também suporta as cargas da construção. As paredes estruturais, também chamadas paredes-mestras, ocorrem nos limites frontal e laterais de todos os pavimentos. No pavimento térreo, além de ocorrerem nos limites frontal e lateral também fazem a divisão dos cômodos, por meio de arcos de grandes vãos para interligar os ambientes (Figura 16). De um modo geral o travamento no encontro de duas paredes ortogonais é obtido por meio de cunhais de pedra.

Na maioria das edificações térreas, solares, sobrados, as alvenarias estruturais são em pedra e cal, rebocadas com argamassa de barro, cal e areia, com espessuras em torno de 60cm a 1,00m. A cal utilizada nas argamassas era produzida com conchas, pois “a região oferecia sambaquis fornecedores de matéria prima para a fabricação da cal e abundantes jazidas de arenito ferruginoso, usado na estruturação das paredes mestras, monolíticas e notavelmente sólidas” (Silva Filho, 1998, p. 99).



(a)



(b)

Figura 162: (a) Arcos estruturais (em tijoleira) no pavimento térreo; (b) Ambientes interligados por arco estrutural. Fotos Margareth Figueiredo.

Em São Luís, à semelhança das edificações da Baixa Pombalina, em Lisboa, identifica-se nos pavimentos superiores um número razoável de imóveis com paredes estruturadas em cruz de Santo André (tipo gaiola pombalina) com enchimento recorrendo a pequenas pedras e barro (Figura 17).



(a)



(b)

Figura 17: Paredes estruturadas em cruz de Santo André, tipo gaiola pombalina, em São Luís. Fonte: Acervo da SPC/MA.

Pavimentos

Entende-se como pavimento “todo e qualquer tipo de piso revestido. No linguajar comum a palavra designa cada um dos pisos de uma construção, desde o térreo até cada um dos andares ou sobrados” (Corona & Lemos, 1972, p. 365). As paredes estruturais do pavimento térreo são em pedra e cal, com travamento de paredes externas da base ao coroamento, por meio de cunhais. Nos demais andares o travamento das paredes e dos pisos de assoalho é feito por meio de vigas de madeira (barrotes), engastadas na parede, onde é fixado o assoalho (tábuas corridas), no sentido contrário aos barrotes. Na parte inferior recebem forros do tipo “saia e camisa”. Como a maioria das paredes das construções antigas não possui exatidão de prumo ortogonal, o acabamento das régua de assoalho próximo a essas paredes é feito com régua em sentido oposto, denominadas tabeiras.

O pé-direito entre os pavimentos dos imóveis, é em torno de 5,00m, gerando na maioria das vezes, escadas com patamares intermediários. Exceção se faz aos ambientes das sobrelojas e dos mirantes que apresentam pé-direito de aproximadamente de 2,40m. As casas térreas apresentam, no acesso ao nível da rua, um pequeno trecho com piso em pedra de lioz, seguida de degraus para atingir o piso em assoalho de madeira, um pouco acima do rés-do-chão, formando um porão com cerca de 0,80m a 1,20m. Por esta razão são denominadas casas de porão alto (Figura 18). Em alguns casos, a altura desse porão se torna mais elevado constituindo-se um pavimento habitável, a exemplo do Palacete Gentil Braga na Rua Grande, e do imóvel sede da Fundação Municipal de Cultura – FUNC, situado na Fonte do Ribeirão.



(a)

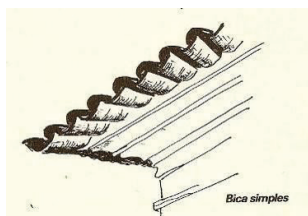


(b)

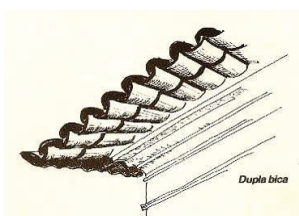
Figura 18 (a) Morada inteira de porão alto, com detalhes dos degraus de entrada; (b) Morada inteira de porão alto e mirante. Fontes: (a) Reis Filho (1976); (b) Foto Margareth Figueiredo.

Cobertura

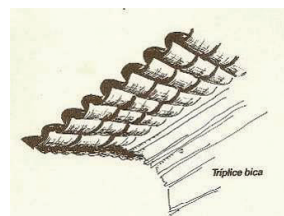
A cobertura dos imóveis do século XIX possui inclinação acentuada, telhado revestido em telha cerâmica, tipo capa e canal, apresentando beiral com diversas ordens de telhas (bica simples, dupla bica, tríplice bica, beira-e-bica e beira-seveira) arrematado por cimalha argamassada (Figura 19) ou, em casos mais raros, cornija em pedra lioz, como acontece no Solar dos Vasconcelos, situado à Rua da Estrela. Além da diversidade de cimalhas e acabamentos dos beirais, quando há diferença de alturas de telhados vizinhos, destaca-se o rodo de telhas nos cunhais (Figura 19). A ligeira curvatura do beiral do telhado (galbo), é gerada pelo uso do contrafeito, peça de madeira que determina uma mudança na inclinação principal (Figura 20).



(a)



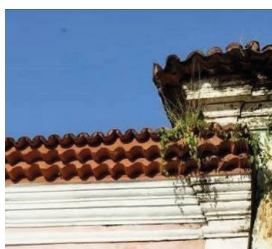
(b)



(c)



(d)



(e)



(f)

Figura 19: (a) Bica simples; (b) Dupla bica; (c) Tríplice bica; (d) Beira-e-bica; (e) Beira-seveira; (f) Detalhe do acabamento de virada da cimalha com o cunhal (rodo do cunhal). Fontes: (a), (b) e (c) Silva Filho (1998); (d-f) fotos Margareth Figueiredo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos processos de requalificação do patrimônio cultural edificado sabe-se que as intervenções em edifícios antigos são muitas vezes necessárias para a adaptação a novos usos, em contraposição, a inviável conservação rígida que requer a preservação de todos os elementos somados a essa edificação ao longo dos anos, sem permitir a inserção de nenhum material ou equipamento novo.

Objetivando contribuir para formulação de princípios e diretrizes que possam subsidiar futuras intervenções, considera-se que, avaliar a composição físico espacial do edifício histórico é imprescindível para conhecer o sistema estrutural e entender como as intervenções de novo uso pode ser viabilizadas sem comprometer o significado cultural.

Concluindo, cumpre salientar que esta pesquisa não buscou esgotar a temática de conservação do patrimônio edificado, no entanto, espera-se que possa contribuir para futuros trabalhos e pesquisas sobre intervenções em sítios e conjuntos edificados de interesse patrimonial.

REFERÊNCIAS

Apleton, J. (2003). *Reabilitação de edifícios antigos – patologias e tecnologias de intervenção*. Mafra: Edições Orion.

Barreto, P. T. (1975). O Piauí e a sua arquitetura. In *Arquitetura Civil I. Textos escolhidos da revista do IPHAN* (pp. 191-219). São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN.

Cóias, V. (2009). *Inspecções e ensaios na reabilitação de edifícios* (2.ª Ed.) Lisboa: IST PRESS.

Corona, E. & Lemos, C. (1972). *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Livraria Editora.

Marques, C. A. (1970). *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fon-Fon e Seleta.

Pastina Filho, J. L. (1999). *Manual de Conservação de Telhados*. Rio de Janeiro: IPHAN/Programa Monumenta.

Reis Filho, N. G. (1976). *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Silva Filho, O.P. (1998). *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão* (2.ª Ed.). Belo Horizonte: Formato.

Silva Filho, O. P. (2008). Arquitetura tradicional luso-brasileira em São Luís do Maranhão, In *São Luís do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem* (pp.50-79). São Luís-Sevilha: Junta de Andaluzi.

Telles P. C. S. (1984). *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)*. Rio de Janeiro: LCT - Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.